

PROPOSTA DE ALIANÇA LATINO-AMERICANA E CARIBENHA DE EDUCAÇÃO PARA O AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Documento Modificado a partir do apresentado pela República Bolivariana
da Venezuela no IV Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental**

DOCUMENTO EM PROCESSO DE REVISÃO

VERSÃO 3



RESOLUÇÃO DOS DELEGADOS DO IV CONGRESSO IBEROAMERICANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. LA HAVANA, CUBA, 2003

CONSIDERANDO:

Que em continuidade ao movimento iniciado no I Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental e instituído no II Simpósio de Países Ibero-americanos sobre Políticas e Estratégias Nacionais de Educação Ambiental, celebrado no marco do III Congresso Ibero-americano em Caracas, Venezuela, no ano 2000, os delegados da República Bolivariana da Venezuela elaboraram a Proposta de Convênio Latino-americano e Caribenho de Integração Educativa para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e apresentado no IV Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental em Havana, Cuba;

Que os delegados representantes dos países participantes do IV Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental discutiram e externaram as suas opiniões em torno da Proposta de Convênio apresentada pelos delegados venezuelanos;

Que esta Proposta de Convênio Latino-americano e Caribenho é um processo em construção de políticas e estratégias nacionais de educação ambiental;

Que esta proposta de Convênio e suas modificações sejam apresentados de maneira imperativa no Foro de Ministros de Meio Ambiente que se realizará na República do Panamá com a finalidade de transformar-se em política de educação ambiental em cada país com cooperação ibero-americana, incluindo a participação de Espanha e Portugal;

Que esta Proposta de Convênio seja discutida no Foro de Ministros de Meio Ambiente, logo que PNUMA/ORPAL elabore o Documento Executivo a propósito deste Convênio.

Os delegados representantes dos países reunidos no IV Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental,

RESOLVEM:

PRIMEIRO: Dar um aval ao texto original junto às modificações apresentadas pelo grupo de trabalho do Simpósio, reconhecendo que isto implica um processo em construção, o qual motivará um foro de discussão permanente entre todos os países ibero-americanos.

SEGUNDO: Solicitar ao PNUMA/ORPAL, baseado nesta Proposta de Convênio, que elabore o correspondente Documento Executivo para ser apresentado no Foro dos Ministros de Meio Ambiente e ser realizado na República do Panamá.

Firmado em Havana, República de Cuba, aos cinco (5) dias do mês de junho de 2003, pelos delegados abaixo assinados:

ALIANÇA LATINOAMERICANA E CARIBENHA DE EDUCAÇÃO PARA O AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹

1. INTRODUÇÃO: ²

1. A América Latina e o Caribe são umas das áreas com maior riqueza natural e diversidade social do mundo, possuindo uma mega-diversidade tanto terrestre como marinha, grandes reservas de água e biomas de enorme valor ambiental, científico, social, cultural e econômico. Este patrimônio natural favoreceu a presença de civilizações e culturas indígenas especiais e, quando da chegada dos europeus, criou a base de formação de sociedade mestiças que povoaram a região e deram sua contribuição cultural para o mundo com suas línguas, tradições e visões próprias de mundo

2. Contrastando com isso, a implantação em toda a região de modelos desenvolvimentos baseados na exploração econômica de curto prazo e na ilusão do crescimento econômico como sucedâneo da justiça social e, também, da responsabilidade social em toda essa região. Essa situação de agravou com o surgimento de problemas ambientais em escala planetária e o surgimento, também, de transtornos sócio-ambientais crônicos e crescentes como pobreza, desertificação, esgotamento de recursos hídricos, catástrofes ambientais, epidemias, extinção de culturas tradicionais³ etc. Apesar disso, foi dado caráter de urgência apenas àquelas tentativas de solucionar os impactos mais críticos dessa situação ou seja: epidemias recorrentes e catástrofes ambientais entre outros pontos.

3. Uma resposta à degradação ambiental foi a criação de um modelo de desenvolvimento alternativo, conhecido como *desenvolvimento sustentável* (DS). Ele nasceu a partir da tomada de consciência de que a degradação ambiental e humana é conseqüência do modelo de desenvolvimento econômico dominante na atualidade que está baseado no crescimento econômico indefinido e no domínio econômico, ambiental e social das nações e grupos dominantes sobre a maioria, seja ela composta por países, ou categorias, como mulheres, grupos indígenas⁴. Contrastando com isso, o desenvolvimento sustentável pretende ser uma alternativa fundamentada no enfoque ético e social que promova a

¹ Os delegados presentes no Simpósio de Países Iberoamericanos sobre Políticas e Estratégias Nacionais de Educação Ambiental recomendam como títulos alternativos: 1) Convênio Latinoamericano de Educação Ambiental e Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2) Fôro Latinoamericano e do Caribe de Educação Ambiental e da Sustentabilidade.

² Mesmo assim, os delegados recomendam: 1) Incorporar à Introdução, uma declaração de princípios que estabeleça o marco conceitual da proposta. 2) Articular e vincular esta proposta com outros Ministérios, como Educação, Turismo, Economia e outros. 3) Definir componentes, atores e responsáveis. 4) Estabelecer mecanismos de avaliação e acompanhamento.

³ CEPAL/PNUMA, 2001.

⁴ Gudynas y Evia, sf; Iglesias, 1999; Leff, 1997; Escobar, 1995.

responsabilidade coletiva, a equidade social, a justiça ambiental e a busca da melhoria da qualidade de vida de todos os que vivem e das futuras gerações⁵.

4. A noção de Desenvolvimento Sustentável nem sempre foi bem aceita: Para muitos ela é um conceito ambíguo que se presta a muitas interpretações, algumas destas incompatíveis entre si. Podemos incluir aí as tentativas, nem sempre bem dissimuladas, de usar o conceito para maquiagem projetos que se baseiam unicamente na racionalidade e em interesses econômicos de grupos ou estados poderosos. Mesmo assim, existe um consenso sobre a necessidade de se promover o conceito de *sustentabilidade* como orientação fundamental na construção de sociedades capazes de atender as necessidades humanas de maneira democrática e eqüitativa e preservar a longo prazo a base ambiental e a diversidade cultural dos povos.⁶

5. O caminho para uma sociedade sustentável pressupõe transformações nos padrões de produção e consumo, nos valores existentes hoje nas relações entre o homem e a natureza e na forma de interagir e de comunicação entre as pessoas. Isso implica em mudar o processo de tomada de decisões sobre o desenvolvimento humano, que deve se democratizar, fortalecendo as comunidades locais assim como as pessoas diretamente afetadas pelos processos de transformação tecnológica e social. Tudo isso conduz a repensar as relações das comunidades humanas com a natureza e consigo mesmas, o que inclui todas as relações de poder: homem - mulher, adulto - criança, comunidades - autoridades, brancos - outras etnias, ricos - pobres, entre outras.

6. Está provado que a educação é o meio mais eficaz de promover e consolidar essas mudanças. Nas atuais circunstâncias históricas e sociais a ação educativa deve ser entendida como uma pedagogia para a transformação cultural rumo a sociedades sustentáveis. Tal meta obriga a educação a repensar a si própria e trabalhar em função da democratização do conhecimento e do saber ambiental. Obriga à construção coletiva de uma ética da ação humana que promova a formação de indivíduos e comunidades participativos, solidários e empoderados que, a partir de então, sejam capazes de agir para construir seus próprios futuros baseados em suas maneiras de ser, sua cultura, capacidades, sonhos e peculiaridades culturais.⁷

7. Nesse contexto, ao longo dos últimos anos, surgiram diversos caminhos educacionais, entre os quais o da educação ambiental. Ainda que a origem desta área de conhecimento seja anterior aos enfoques de sustentabilidade, esses conceitos foram rapidamente assimilados e incorporados como parte fundamental do processo de educação no campo do desenvolvimento alternativo.

⁵ Simpósio Regional sobre Ética e Desenvolvimento Sustentável, 2002; Iglesias, 1999; Leff, 1997.

⁶ Leff, 2000; Simpósio Regional sobre Ética e Desenvolvimento Sustentável, 2002.

⁷ Fien y Tilbury, 2002; Febres-Cordero y Floriani, 2002; Tréllez, 2000; Álvarez, 2001; Mayor, 1999; Tréllez, Wilches-Chaux, 1999; Leff, 1997.

8. A educação ambiental sofreu um processo de evolução e fortalecimento contínuo constituindo-se hoje no campo educativo não disciplinar mais amplamente difundido em todos os países do mundo e um dos primeiros a ser considerado como uma necessidade educativa a ser generalizada para todos os habitantes do mundo. As orientações e enfoques básicos da educação ambiental se consolidaram em uma série de eventos internacionais que, a partir dos anos 70 do século XX ergueram uma base conceitual e metodológica sólida⁸. É sabido que nos últimos anos surgiram fortes questionamentos sobre as orientações e aplicações futuras dos programas educativo-ambientais, o que propiciou o surgimento de um forte processo de mudanças, tanto nas orientações básicas como na forma de implementá-las⁹. Nestes questionamentos um outro enfoque proposto foi o de assimilar a educação ambiental dentro do campo emergente da educação para o desenvolvimento sustentável¹⁰.

9. No mundo ibero-americano, e especialmente na América Latina, a educação ambiental se desenvolveu de maneira desigual e diversa¹¹. Esse desenvolvimento foi marcado de um lado pela influência unificadora das orientações internacionais¹² e as hegemonias culturais; de outro, ele se contrapôs a essas tendências, às próprias características e particularidades sócio-políticas e culturais, tanto às regionais latino-americanas como àquelas especificamente nacionais. Estas circunstâncias geraram um mosaico de experiências muito diversas, de grande riqueza conceitual e metodológica que a permitiram um progressivo processo de legitimação, institucionalização, profissionalização, desenvolvimento conceitual, teórico e metodológico em todos os países da região. Esta situação se manifestou com uma progressiva incorporação da dimensão ambiental nos programas de estudo, processos de gestão ambiental e planos de desenvolvimento¹³.

10. Apesar disso, o processo de desenvolvimento da educação ambiental na região não ficou isento de problemas, como a falta de apoio político e econômico permanente, suficiente e sustentável para a implementação dos programas; a existência de contradições e vazios na utilização dos conceitos e métodos; a insuficiência na capacitação docente; a ausência de mecanismos de avaliação e a falta de continuidade nos programas, entre outros. Estes obstáculos geraram debilidades tanto nos aspectos institucionais, como nas possibilidades de avanços mais significativos em algumas áreas estratégicas.

⁸ Em particular o Seminário Internacional de Educação Ambiental (Belgrado, Iugoslávia, 1975); a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental realizada em Tbilisi (Georgia, 1977), e o Congresso Internacional sobre Educação e Capacitação Ambiental (Moscou, URSS, 1987).

⁹ Febres-Cordero y Floriani, 2002; Álvarez, 2001; Caride, 2000; Tréllez, 2000; Breitting, 1997; Calvo, 1997.

¹⁰ Fien y Tilbury, 2002; Hesselink, van Kempen y Wals; 2000; González, 1999.

¹¹ Ver referências sobre o desenvolvimento da EA latinoamericana em: Álvarez (comp.) 2003; González, 1999; Pardo, 1993.

¹² Principalmente a Conferência de Estocolmo em 1972, o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) estabelecido conjuntamente pela UNESCO e PNUMA e as Conferências de Tbilisi em 1977 e Moscou em 1987.

¹³ Álvarez (comp.) 2003. Em particular ver os Informes de Países apresentados no I Simpósio sobre Políticas e Estratégias de Educação Ambiental.

11. A isso tudo se somaram enormes dificuldades na comunicação, cooperação e intercâmbio de experiências e projetos de educação ambiental entre os diferentes países da região. Esta situação gerou, em inúmeros casos uma dependência conceitual, metodológica e às vezes, econômica de orientações e propostas que ficam alheias às necessidades e peculiaridades regionais. A insuficiência no desenvolvimento de processos de avaliação e investigação sobre a aplicabilidade, resultados e impacto dos programas implementados na região, acentuou muito essa dependência.

12. Esse processo gerou muita deficiência na capacidade de influenciar os foros internacionais, de gerir recursos para projetos regionais, e retardou a possibilidade de manejar enfoques alternativos que representem melhor as necessidades e modos de pensamento regionais.

13. Além disso, a introdução da educação na América Latina como parte dos processos dirigidos a atingir o desenvolvimento sustentável encontrou obstáculos importantes, que dificultaram seu desenvolvimento. As principais limitações foram: sua associação com um conceito polêmico como é o do Desenvolvimento Sustentável; a falta de um marco conceitual e metodológico elaborado em consenso e a carência de uma ampla discussão sobre o alcance e características deste campo dentro do contexto regional¹⁴.

14. Em tais circunstâncias, resulta de grande importância estabelecer, fortalecer e consolidar mecanismos de cooperação regional que promovam o desenvolvimento de espaços para discussão, identificação e sistematização de experiências bem sucedidas, facilitação para o intercâmbio de conhecimentos, assim como a coordenação de políticas dirigidas a potencializar os programas de educação no âmbito ambiental e do desenvolvimento sustentável na região da América Latina e Caribe.

15. Nesta ordem de idéias, a República Bolivariana da Venezuela considera que o Foro de Ministros de Ambiente da América Latina e Caribe pode constituir a instância sub-regional mais adequada para discutir e implementar esta proposta dentro do marco da Iniciativa Latino-americana para o Desenvolvimento Sustentável e dos acordos de Joanesburgo.

2. ANTECEDENTES

2.1 Os Congressos Ibero-americanos de Educação Ambiental

16. A idéia de criar, fortalecer e consolidar um mecanismo regional de cooperação neste campo nasceu das discussões e propostas realizadas nos sucessivos Congressos ibero-americanos de Educação Ambiental realizados em Guadalajara,

¹⁴ Sobre este ponto ver: Fien e Tilbury, 2002; Hesselink, van Kempen e Walls, 2000; González, 1999; Tréllez, Wilches-Chaux, 1999.

México, nos anos de 1992 e 1997. Nestes eventos se expressou a necessidade de: *propiciar espaços para a análise do processo educativo-ambiental na Ibero-América; estabelecer processos de reflexão conceitual e metodológica; criar e consolidar vínculos de intercâmbio e cooperação, relacionados com o desenvolvimento de um processo de Educação Ambiental que responda às realidades da região, de suas localidades e habitantes.*

17. Por outro lado, resulta urgente estabelecer, consolidar e fortalecer as estruturas de apoio dirigidas a difusão e continuidade a muitas das discussões, propostas e ações da região, em particular nos Congressos e outras reuniões técnicas, as quais freqüentemente se perdem por falta de mecanismos de financiamento, difusão, coordenação e acompanhamento¹⁵.

18. Em função do ponto anterior, a Comissão Organizadora do III Congresso Ibero-americano (Caracas, 2000) decidiu apresentar no marco desse evento uma proposta intitulada: *“Projeto ibero-americano de Educação Ambiental”*, a qual estava dirigida a cobrir as necessidades levantadas. Com esta finalidade, se constituiu uma Comissão de trabalho que elaborou um documento preliminar para discussão durante o Congresso.

19. Para estabelecer um espaço idôneo visando realizar uma discussão técnica da proposta, convocou-se uma reunião com essa finalidade, a qual foi denominada *1º Simpósio de Países Ibero-americanos sobre Políticas e Estratégias Nacionais de Educação Ambiental*, a qual ocorreu no marco do Congresso nos dias 22 e 23 de outubro de 2000.

20. Foram convidados a participar do Simpósio, representantes de organismos nacionais encarregados de definir as Políticas de Educação Ambiental em cada um dos países do âmbito Ibero-americano. Estiveram presentes neste Simpósio representantes oficiais de oito países da região, mais um grupo de nove observadores de países que não puderam enviar representante.

21. Durante o Simpósio foi apresentado um esquema preliminar do projeto. Este propunha um programa cooperativo cujo objetivo seria: *estabelecer e consolidar os mecanismos de coordenação, intercâmbio e avaliação permanente entre os países e comunidades da região, com a finalidade de desenvolver programas e projetos que atendam às necessidades educativo-ambientais, estabelecendo as bases para o reconhecimento da pluralidade de atores, suas esferas de ação específicas, no marco de uma gestão ambiental integral*¹⁶.

22. Em função da proposta discutida, os participantes do Simpósio consideraram de grande importância e interesse para a região, o desenvolvimento de um mecanismo de integração e cooperação como o apresentado. Nesse sentido, recomendou-se ao Governo da Venezuela que estabelecesse mecanismos que

¹⁵ González, 1999; Ruiz, 2000.

¹⁶ III Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental, 2000.

possibilitem desenvolver uma proposta mais elaborada para discussão pelos governos da região. Outra sugestão dada foi esclarecer os objetivos, os mecanismos de trabalho e a sustentabilidade do projeto à luz das experiências da região. As recomendações do Simpósio foram manifestadas através de um documento conhecido como “*Declaração de Caracas*”, o qual foi lido e aprovado por unanimidade pela Plenária Final do Congresso¹⁷.

2.2 Processos de Coordenação e Redes de Educadores Ambientais na América Latina

23. O trabalho em rede e a organização coletiva dos profissionais da educação ambiental foi considerado como um dos fatores críticos que podem apoiar a consolidação dos processos educativo-ambientais na região. Esta forma de trabalho pode facilitar processos de intercâmbio e comunicação de experiências, apoiar a capacitação profissional e promover a realização de alianças e projetos compartilhados¹⁸.

24. Faz muitos anos que na região sente-se a necessidade de se estabelecer e consolidar os espaços permanentes de comunicação e intercâmbio entre os educadores ambientais, e em tal sentido, realizou-se esforços continuados para estabelecer redes e outros mecanismos que pudessem servir para essa finalidade.

25. Este processo teve início em 1982 com a criação da *Rede de Formação Ambiental para América Latina e Caribe*, por parte do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), como solicitação dos governos da América Latina e Caribe. Esta rede atualmente atua como mecanismo para a coordenação, promoção e apoio de atividades no âmbito da educação, a capacitação e formação ambiental na Região.

26. Por outro lado, realizaram-se diversas tentativas para a criação de redes coletivas regionais. Um desses ensaios foi a criação da *Associação latino-americana de Educação Ambiental* (ALEA) criada em 1989, e ratificada durante o II Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental em 1997. Infelizmente essa iniciativa não se consolidou de forma definitiva¹⁹.

27. Apesar do ponto anterior, desenvolveu-se na região uma atividade diversa de redes sub-regionais, nacionais e locais. Mesmo assim, organismos internacionais como a União Mundial para a Conservação da Natureza (UICN), por intermédio de sua Comissão de Educação e Comunicação, estabeleceu uma rede entre seus filiados da zona ibero-americana, Espanha e Portugal. A isso se uniu uma grande diversidade de redes temáticas, acadêmicas e sócio-políticas que se estabeleceram na região.

¹⁷ Álvarez, 2003.

¹⁸ González, 1998.

¹⁹ Ruiz, 2000; González, 1998a.

28. Fundamentado nos pontos antecedentes, a Comissão Organizadora do III Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental propôs aos participantes deste evento, a criação de uma Rede de Educação Ambiental para a Íbero-América²⁰. Apesar do entusiasmo com que a idéia foi acolhida até a data, não se avançou na constituição e consolidação dessa rede. Mas durante o mesmo Congresso, recomendou-se que as propostas de Rede e Projeto Ibero-americano deveriam articular-se em uma idéia comum, e que por outro lado, seria necessário que o desenvolvimento de novos mecanismos regionais deveriam apoiar, fortalecer e consolidar todos os outros esforços já existentes na região.

29. Em função do ponto anterior, o trabalho e as consultas realizadas até o momento, reforçam a necessidade de levar em consideração a diversidade de experiências e iniciativas em matéria de redes existentes na região, e de promover a articulação de redes, assim como estabelecer mecanismos de comunicação permanentes em temas tais como políticas nacionais de educação ambiental e sobre a sustentabilidade, foros de discussão profissional, redes de apoio educativo-ambiental a projetos sociais, entre outros que se consideram necessários.

2.3 Os processos de concertação latino-americana e os campos educativo-ambiental e do Desenvolvimento Sustentável

30. A partir de 1976 se inicia na América Latina e Caribe um importante processo de discussão e trabalho conjunto para promover e fortalecer a educação ambiental na região. As reuniões de Bogotá e Chosica²¹ foram cenários preparatórios para a Conferência Inter-governamental de Educação Ambiental que foi realizada em Tbilisi (antiga União Soviética) em 1977. A partir desta data se inicia uma forte atividade dirigida ao estabelecimento de espaços de reflexão e de ação que permitiram sucessivas aproximações a um enfoque latino-americano e caribenho em educação ambiental.

31. Por sua vez, a idéia de uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável²² (EDS) aparece no cenário internacional na Agenda 21, aprovada durante a “*Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*”, conhecida como Rio 92. No capítulo 36 deste documento se define o compromisso de promover a educação nos temas ambientais e de desenvolvimento sustentável. Este mesmo documento define a educação como transversal a todos os temas do desenvolvimento sustentável.

32. Simultaneamente ao encontro governamental no Rio, se realiza o “*Fórum Global Cidadão*”, com a participação de um grande número de organizações e

²⁰ Álvarez, 2003.

²¹ Reunião Regional de Especialistas em Educação Ambiental na América Latina e Caribe (Bogotá, Colômbia), Reunião Sub-Regional de Educação Ambiental para o Ensino Secundário (Chosica, Peru).

²² Em diferentes documentos este campo aparece como: Educação para o Desenvolvimento Sustentável, Educação para a Sustentabilidade, e Educação para um Futuro Sustentável. Neste documento utilizaremos o primeiro deles, sem que necessariamente seja considerado como o mais adequado ou oficial.

coletivos não-governamentais de todas as partes do mundo. Esta reunião aprovou um acordo intitulado: “*Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*”²³. Este documento representa uma primeira tentativa de dar um marco ético, social e político à educação ambiental, no marco das propostas do desenvolvimento sustentável.

33. O campo emergente da EDS é reafirmado durante a “*Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Sensibilização para a Sustentabilidade*”, realizada em 1996 em Tessalonique, na Grécia. Neste evento, a UNESCO, em conjunto com o governo da Grécia, apresenta o documento: “*Educação para um Futuro Sustentável: uma visão transdisciplinar para uma ação concertada*”²⁴. Igualmente, a Conferência aprova uma declaração que exorta aos governos a honrar os compromissos adotados na Agenda 21, em particular o relativo a implementação de estratégias e processos para inserir conteúdos ambientais e do desenvolvimento em todos os programas formais e não-formais realizados em cada um dos países²⁵.

34. Por outro lado, durante o ano de 2000, realizou-se um novo lançamento da “*Carta da Terra*”. Este documento é derivado dos trabalhos da Comissão Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável definidos pelo Relatório Nosso Futuro Comum, cuja missão era estabelecer os fundamentos éticos para uma sociedade global sustentável. Este documento foi assinado inicialmente pelos governos da Costa Rica, México, Honduras, Nigéria, assim como por parte da UNESCO e diversas ONGs internacionais. Nesse contexto, uma das estratégias associadas para a implementação mundial destes princípios éticos, é a utilização do documento como um recurso educativo de enorme transcendência²⁶.

35. Posteriormente, em 2001, na reunião da Comissão de Desenvolvimento Sustentável, apresentou-se o documento “*Educação e Conscientização Pública para o Desenvolvimento Sustentável*”, visando dar sequência e continuidade ao capítulo 36 da Agenda 21.

36. Os últimos documentos mencionados representam, por uma parte, o marco institucional da educação no contexto ambiental e do desenvolvimento, uma vez que traçam um marco preliminar para a EDS. Sem dúvida, e apesar do intento de diversos organismos internacionais para substituir o termo educação ambiental pelo de educação para o desenvolvimento sustentável, esta proposta não foi bem recebida no plano internacional, e mesmo assim, diversos autores e Fóruns internacionais ratificaram a vigência da educação última a necessidade de

²³ Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais, 1993.

²⁴ UNESCO, 1997.

²⁵ Conferência Intenacional Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Sensibilização para a Sustentabilidade, 1997.

²⁶ Earth Charter Commission, s.f.; González, em preparação.

fortalecer seu marco conceitual dentro dos princípios da sustentabilidade²⁷. Mesmo assim, muitos autores percebem essa mudança como uma proposta imposta pelos interesses internacionais que tentam substituir um processo educativo baseado no ideário ambiental, por outro baseado em pressupostos pouco claros e freqüentemente controversos.

37. No continente americano, a idéia da educação e conscientização pública como elementos chave para atingir a sustentabilidade é ratificada durante o *Encontro das Américas sobre Desenvolvimento Sustentável*, ocorrido em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em 1996²⁸.

38. Nesta ocasião, aprovou-se o “*Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável das Américas*”, visando ratificar o compromisso das nações americanas em implantar as recomendações da Agenda 21. Este documento incorpora entre seus aspectos fundamentais:

- a. Adequar os programas de educação, para lhes conferir uma orientação sobre desenvolvimento sustentável, adequada às diferentes necessidades e realidades do Hemisfério, buscando ao mesmo tempo, uma captação de recursos para a educação primária.
- b. Criar um mecanismo para o intercâmbio de experiências sobre educação primária e alfabetização funcional, assim como apoiar a realização de feiras de promoção de materiais educativos, especialmente sobre educação e desenvolvimento sustentável.
- c. Estabelecer uma Aliança Estratégica sobre Educação e Comunicação, relacionada com o desenvolvimento sustentável, com a participação dos organismos internacionais e interamericanos especializados e financeiros, assim como ONGs e fundações privadas, para que, em coordenação com os governos, se instrumentem de modo efetivo as políticas contidas no Capítulo 36 da Agenda 21.

39. Nesta mesma reunião, se estabeleceu o *Programa Interamericano de Participação Pública* cuja finalidade é desenvolver processos para impulsionar a participação da sociedade civil na tomada de decisões no nível público. Mesmo assim, a OEA se encarregou de coordenar o acompanhamento das decisões do Encontro de Santa Cruz, em particular através do aporte da *Comissão Interamericana para o Desenvolvimento Sustentável* (CIDS).

40. Posteriormente, em 1998, na reunião de Ministros de Educação, realizada no marco do Encontro das Américas, no Brasil, foi apresentado um documento intitulado: “*Educação para um Futuro Sustentável na América Latina e Caribe*”²⁹, realizado com apoio da UNESCO e da OEA, no qual se recolhem os elementos

²⁷ First Environmental Education Congress, 2003; Sato, 2003; Tilbury, 2001; UNESCO / Xunta de Galicia, 2000; González, 1999; Sauvé, 1999; Jicking, 1992.

²⁸ OEA, 1996.

²⁹ Tréllez, Wilches-Chaux, 1999.

fundamentais para orientar os processos educativos no marco do desenvolvimento sustentável da região. Este documento é possivelmente a primeira contribuição ao desenvolvimento de um pensamento latino-americano sobre a EDS, e apresenta linhas de ação possíveis para avançar neste campo.

41. Nesta mesma ocasião, aprova-se uma resolução como “*Educação para a Sustentabilidade das Américas*”³⁰, que resolve enfatizar as atividades de educação ambiental.

42. Esse marco permite o desenvolvimento de uma série de projetos e iniciativas regionais que avançam no desenvolvimento de eventos relacionados com a EDS na região. Entre eles, em 1999 na cidade de Bogotá, Colômbia, realizou-se a *Reunião Internacional sobre Educação para a Sustentabilidade das Américas*. Neste evento, apresentou-se uma proposta base para a execução de atividades dirigidas a promover a transformação dos currículos escolares da região, com a finalidade de adaptá-los aos enfoques da sustentabilidade. Nesse mesmo contexto, igualmente em 1999, realizou-se o Seminário “*Experiências Educativas Inovadoras em Matéria de Educação Ambiental para um Futuro Sustentável*”, dirigido a reconhecer a existência de experiências na América Latina e Caribe na área da educação ambiental no marco do desenvolvimento sustentável.

43. Em paralelo a esta atividade realizada no marco das chamadas Cumeiras das Américas, em 1995, durante a 9ª Reunião de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, realizada em Havana, Cuba, em 1995, os participantes aprovaram a realização do Foro denominado: *Cidadania Ambiental na América Latina*. Esta iniciativa estava dirigida a estabelecer um diálogo com representantes da sociedade a respeito da Agenda Ambiental regional.

44. Igualmente em 1995, a União Mundial para Conservação da Natureza (UICN), por intermédio de sua Comissão de Educação e Comunicação (CEC), organizou a “*Reunião sobre Gestão de Programas Nacionais de Educação e Comunicação para o Ambiente e Desenvolvimento na América Latina*”, realizada em Quito, Equador, em 1995³¹. Nesta reunião, os participantes apresentaram estudos de caso sobre as políticas e estratégias de educação e comunicação em seus respectivos países, e fizeram recomendações para impulsionar e fortalecer estes esforços na região.

45. Mesmo assim, no marco do II Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental (Guadalajara, México, 1997), a UICN coordenou uma Mesa de Trabalho intitulada: “*Posição Regional sobre as Propostas de Tbilisi frente à Agenda 21*”. Esta atividade teve como objetivo: lograr insumos (opiniões, sugestões) para uma posição ibero-americana da CEC, que seria apresentada na Conferência de Tessalonique em 1997. Adicionalmente, foram discutidas propostas para um

³⁰ Resolução CIDI/RME/RES.5 (1/98).

³¹ UICN/UNESCO, 1996.

programa internacional de educação e comunicação em matéria de desenvolvimento sustentável³².

46. Recentemente, na 13ª Reunião de Ministros do Meio Ambiente da América Latina e Caribe, que ocorreu no Rio de Janeiro em outubro de 2001, acordou-se estabelecer princípios éticos visando demarcar as políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável dos países da região. Como consequência dessa decisão, em maio de 2002, em Bogotá, Colômbia, realiza-se o Simpósio sobre Ética Ambiental e Desenvolvimento Sustentável³³. Entre os produtos deste evento, estava o *Manifesto sobre a Ética para a Sustentabilidade*, que define princípios éticos aplicáveis ao desenvolvimento sustentável. Nesse mesmo texto, examinam-se os valores que deveriam servir de marco para a educação para a sustentabilidade.

47. Ainda em 2002, realiza-se a *Primeira Reunião Extraordinária do Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe*. Esta atividade visava discutir um documento intitulado “Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável”, o qual objetivava apresentar uma posição da região perante a Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo. Na seção 5 deste documento, aparece como objetivo para todos os países da região: “Melhorar e fortalecer a incorporação da dimensão ambiental na educação formal e não-formal, na economia e na sociedade”.

48. O aporte latino-americano e caribenho à Conferência de Joanesburgo, em conjunto com outros blocos regionais, assim como organismos internacionais, promoveu que na declaração final da Conferência, se incluíam aspectos relacionados à educação, apesar desta não estar incluída entre os temas principais a serem discutidos nesse evento mundial. Neste documento, se expressa que: “a educação é de importância crítica para promover o desenvolvimento sustentável”. Mesmo assim, recomenda seguir colocando em prática o programa de trabalho sobre EDS da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável e recomendar à Assembléia das Nações Unidas considerar a possibilidade de declarar um decênio EDS a partir de 2005³⁴.

3. UMA APROXIMAÇÃO A UMA NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO PARA O AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

49. As necessidades atuais relativas à integração regional nos campos da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável na América Latina e Caribe podem fundamentar-se na compilação apresentada na seção anterior, assim como

³² UICN-CEC, 1997.

³³ Simpósio Regional sobre Ética e Desenvolvimento Sustentável, 2002.

³⁴ Nações Unidas, 2002.

em fontes documentais sobre estes campos tanto na região³⁵ como em escala global³⁶.

50. Na América Latina e Caribe existem avanços importantes nos seguintes aspectos:

- a. Um importante processo de legitimação, institucionalização e fortalecimento profissional no campo da educação ambiental. Em alguns países da região esse esforço se manifestou na valorização da educação ambiental como direito constitucional, na aprovação de legislação de apoio a esse campo, na implementação de Estratégias e Políticas Nacionais de educação ambiental, na “ambientalização” dos programas escolares, assim como no crescimento do apoio social aos programas e atividades de educação ambiental.
- b. Um crescimento importante em número, diversidade de programas e experiências relativas à educação para o desenvolvimento sustentável. É notável o desenvolvimento de enfoques e práticas relacionados com a participação das comunidades na tomada de decisões relativas à melhoria de qualidade de vida, a inter-relação entre temas ambientais, sociais, econômicos e culturais, o desenvolvimento de estratégias para o empoderamento dos grupos sociais excluídos ou frágeis, assim como o impulso de enfoques de gênero e diálogo intercultural.
- c. Um sólido consenso político sobre a necessidade de impulsionar programas educativos como elementos fundamentais para a criação de sociedades sustentáveis na região. Este consenso se manifesta através de acordos, convênios e iniciativas regionais e sub-regionais no mais alto nível político.
- d. Um acervo muito importante de conhecimentos, experiências, reflexões e aportes conceituais e metodológicos reunidos em congressos, eventos e publicações na temática da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável.
- e. Um grande interesse no trabalho em rede, desenvolvimento de alianças e programas de trabalho interinstitucional e intersetorial, assim como a integração em coletivos dos educadores ambientais.
- f. Um progresso nos esforços para a formação, profissionalização e atualização dos educadores que trabalham nas distintas modalidades da educação ambiental e para o desenvolvimento sustentável. Este impulso é verificável no importante crescimento em todos os países da oferta de programas acadêmicos (cursos de graduação e pós-graduação) e extra-acadêmicos (cursos de atualização e extensão).
- g. Uma transformação conceitual e metodológica dos processos educativos para incorporar elementos sociais tais como os processos de participação cidadã e comunitária, a equidade de gênero, o empoderamento, entre outros.

³⁵ Álvarez, 2003; Febres-Cordero e Floriani, 2002; Declaração de Caracas, 2000; Ruiz, 2000; González, 1999; 1998a, 1998b; Tréllez, Wilches-Chaux, 1998.

³⁶ Fien e Tilbury, 2002; Hopkings e McKeown, 2002; Bowder e Tilbury, 2001.

51. Apesar desses inegáveis avanços, é necessário, por sua vez, reconhecer que ainda existem obstáculos importantes para conseguir uma maior efetividade e impacto nas ações empreendidas. Alguns deles são:

- a. Investimento insuficiente no desenho, implementação e avaliação de programas, assim como no desenvolvimento, sustentação e avaliação de planos de longo prazo. Frequentemente os programas carecem de continuidade administrativa e dependem dos avatares políticos e administrativos. Muitos projetos dependem do financiamento extra-regional e nesse sentido, não geram compromissos internos nem favorecem o fortalecimento dos programas realizados com enfoque e recursos locais.
- b. Muitos programas apresentam confusões, ambigüidades e omissões no uso e manejo de conceitos e metodologias. Frequentemente se observa o uso de discursos e práticas onde se mesclam elementos conceituais, ideológicos e metodológicos contraditórios.
- c. Não existem marcos conceituais e metodológicos claros para a implementação de programas de educação nos temas do desenvolvimento sustentável. Existe confusão no uso de conceitos tais como *educação para o desenvolvimento sustentável*, assim como a articulação entre os programas de educação ambiental e sua relação com os temas chave de desenvolvimento sustentável tais como: pobreza, consumo responsável, globalização, interculturalidade, equidade de gênero, responsabilidade empresarial, entre outros. Um setor internacional impulsiona a eliminação do conceito de educação ambiental e sua assimilação ao de educação para o desenvolvimento sustentável. Por sua parte, nos Congressos e outros eventos realizados na região esta proposta foi rechaçada.
- d. Ainda existem grandes dificuldades para a integração de esforços e o trabalho conjunto tanto no interior dos países como entre organizações e instituições em países distintos. Existem barreiras para a integração do trabalho entre setores, particularmente o governamental e o das organizações não-governamentais. Os organismos orientadores de gestão da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável tem dificuldades para manter comunicação e inter-relação contínua com outros organismos homólogos da região, de tal maneira a intercambiar experiências e coletar informação e apoio necessário para seus trabalhos.
- e. Existe pouca capacidade para divulgar, apoiar e sustentar os acordos, compromissos e aportes produzidos nos eventos, reuniões e programas tanto acadêmicos como políticos em escala tanto nacional, sub-regional como regional.
- f. Não existem mecanismos permanentes de comunicação e intercâmbio entre educadores e gestores da educação ambiental e para o desenvolvimento sustentável na região. Os esforços realizados neste sentido não contaram com o apoio e continuidade necessária para se consolidarem.
- g. A cobertura dos programas de capacitação ainda é insuficiente e centrada principalmente no setor da educação formal. Apesar da existência de

esforços importantes em todas as áreas, alguns setores ainda estão pobremente atendidos, tais como o municipal, comunitário e indígena, assim como o da educação para o desenvolvimento sustentável.

- h. A investigação em áreas chave da EA e da EDS é insuficiente. Os recursos para o desenvolvimento de pesquisas, assim como os meios para divulgar os trabalhos são escassos e de difícil acesso. Não existem incentivos para a formação de pesquisadores nessas áreas.
- i. Na maior parte dos países da região, e em especial nos mais pobres, existe carência importante na produção, edição e distribuição de materiais documentais. Existe pouco acesso a bibliografia e documentação técnica relativa a EA e EDS. Excetuando os países com tradição editorial, existe uma pequena produção de material documental dirigida a apoiar programas de EA e EDS.
- j. Não existe verdadeiro acompanhamento, nem processos adequados de avaliação nos projetos de educação ambiental.
- k. Os programas de gestão ambiental poucas vezes incluem componentes educativos e comunicacionais oportunos, suficientemente financiados e apoiados. Em muitos países existe um divórcio total entre os gestores ambientais e os educadores e comunicadores ambientais, pelo que os programas ambientais poucas vezes são conhecidos e valorizados pelas comunidades nas zonas onde se tentam implementá-los.
- l. Muitos dos programas educativos que se tentou implementar na região, particularmente aqueles que são propostos através de organismos internacionais ou cooperadores fora da região, não estão adaptados às realidades culturais e sociais das localidades e comunidades onde se efetuam. Alguns deles estão baseados em pressupostos culturais improcedentes e em alguns casos totalmente negativos.
- m. Nas instituições regionais não existe uma cultura da participação e freqüentemente as decisões, compromissos e programas se baseiam nas decisões que não levam em consideração os atores envolvidos nos processos de gestão ambiental e/ou educativa.

52. Estas “forças” e “fraquezas” no desenvolvimento da educação para o ambiente e o desenvolvimento na região delimitam uma área de trabalho que resulta particularmente importante apoiar para fortalecer e manter os avanços alcançados e superar as áreas deficientes. Nesse sentido, é possível definir uma série de áreas críticas que resulta necessário levar em consideração. Estas áreas são as seguintes:

- a. Resulta necessário apoiar e fortalecer as capacidades institucionais dos governos e outras instituições regionais de tal maneira a promover o desenvolvimento de programas de longo prazo, tanto nacionais como internacionais. Nesse sentido, será essencial captar e dirigir financiamento adequado e de longo prazo para o desenvolvimento de programas prioritários na região, com ênfase no desenvolvimento de políticas nacionais e projetos multinacionais.

- b. É de grande importância estabelecer espaços para discussão de marcos conceituais e metodológicos contextualizados na região, incluído o estabelecimento de contextos sub-regionais, nacionais e locais. Nesse sentido, é necessária a redefinição dos conceitos que fundamentam a educação ambiental para articulá-los ao movimento mundial para o logro de sociedades sustentáveis, assim como conceituar e fornecer um marco às propostas educativas derivadas da Agenda 21, assim como estabelecer um marco articulador entre as “educações” necessárias para alcançar o desenvolvimento sustentável tais como: ambiente, desenvolvimento, paz, direitos humanos, etc.
- c. É urgente a construção de alianças inter-governamentais, com o apoio de organizações internacionais e de empresas privadas, assim como a instauração de redes profissionais de educadores ambientais, gestores da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável, assim como das organizações não governamentais e outros setores da sociedade civil. Nesse último ponto, podem ser utilizados meios eletrônicos de informação e comunicação.
- d. É essencial definir mecanismos que permitam compilar e difundir amplamente os acordos, convênios, aportes e discussões realizados em reuniões governamentais e regionais, congressos e outras reuniões. Mesmo assim é necessário estabelecer programas para apoiar a implementação e acompanhamento dos compromissos estabelecidos nestes eventos.
- e. Resulta muito importante estabelecer estratégias para fortalecer e consolidar os mecanismos existentes dirigidos a apoiar a capacitação e atualização profissional do pessoal trabalhando em projetos de educação ambiental e do desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, é importante consolidar os projetos dirigidos ao desenvolvimento de alianças entre instituições educativas, a promoção de programas sub-regionais de capacitação, bem como para o intercâmbio acadêmico entre instituições da região. Mesmo assim será necessário estimular e apoiar o desenvolvimento de projetos de investigação em áreas críticas referidas no contexto e problemática regional.
- f. É necessário estabelecer mecanismos para reunir, produzir e distribuir materiais documentais e outros recursos de apoio para a realização de programas de educação ambiental e do desenvolvimento sustentável.

53. Sobre a base destas prioridades, assim como levando em consideração as propostas e recomendações emanadas dos sucessivos Congressos Ibero-americanos de Educação Ambiental, também reconhecendo as contribuições de outras reuniões e congressos internacionais tais como Tbilisi, Moscou, Tessalonique, assim como os aportes das reuniões e Encontros de Chefes de Estado nos âmbitos Ibero-americano e Americano é possível definir um projeto dirigido ao estabelecimento de um Convênio Latino-americano e Caribenho de integração educativa para o ambiente e o desenvolvimento sustentável cujos objetivos e alcances serão apresentados a seguir.

4. PROPOSTA DE AÇÃO

4.1 Objetivo Geral

54. Propor o desenvolvimento de um Convênio no âmbito latino-americano e Caribenho³⁷ que tenha como objetivo:

Estabelecer um mecanismo regional permanente dirigido a construir um marco conceitual focado nas necessidades e características regionais, que impulse a coordenação de políticas, estimule o desenvolvimento de programas e projetos, e fomenta a comunicação, o intercâmbio e o apoio mútuo entre os estados nacionais e a sociedade civil em matéria da educação ambiental dirigida ao logro das sociedades sustentáveis, no marco da Iniciativa Latino-americana para o Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Ação de Joanesburgo.

4.2 Objetivos Específicos e Ações Propostas

55. Com a finalidade de cumprir com o objetivo geral proposto, se propõem os seguintes objetivos específicos, assim como ações sugeridas para cumprir com cada um deles.

56. **Objetivo Específico 1.** *Consolidar as políticas públicas de educação ambiental que apoiem os esforços para o desenvolvimento sustentável.*

- a. Estabelecimento de um organismo permanente, baseado nos princípios da cooperação ibero-americana, assim como consulta e participação democrática, visando promover o intercâmbio, comunicação, assessoria e apoio mútuo entre os organismos de gestão de políticas nacionais relativos à educação ambiental e o desenvolvimento sustentável, assim como entre estas instituições e outros organismos da sociedade civil.
- b. Formação ou consolidação de um grupo de trabalho encarregado de reunir e analisar as políticas educativas de educação ambiental e do desenvolvimento sustentável nos países da região, de tal modo a estabelecer necessidades comuns e prioridades de apoio e cooperação entre os países ou capítulos que formem parte do Convênio.
- c. Estabelecimento de um grupo técnico de trabalho encarregado da compilação, difusão e acompanhamento das propostas de educação ambiental e do desenvolvimento sustentável que se realizem ou tenham se realizado na região, assim como impulsionar a articulação e sinergia entre os aspectos educativos presentes nas diferentes Conferências, Convenções, Acordos e outros instrumentos de caráter global ou regional.
- d. Estabelecimento de um grupo técnico que promova a implementação de critérios e mecanismos para a avaliação dos processos educativos

³⁷ Alguns dos participantes da discussão consideram que o âmbito mais adequado para esta proposta é o Iberoamericano.

ambientais, assim como o acompanhamento e sistematização dos projetos implementados.

- e. Estabelecimento de um mecanismo que permita reunir e sistematizar as experiências de educação ambiental na região. Este mecanismo permitiria a identificação de projetos e temáticas prioritárias para a região, assim como os mecanismos e enfoques adequados para sua implementação.

57. Objetivo Específico 2. *Estabelecer e consolidar mecanismos para o trabalho em rede, promoção da integração e aumento da comunicação entre organismos públicos e privados da região.*

- a. Consolidação de mecanismos para o trabalho em rede dos educadores ambientais da região, incluindo o inventário, avaliação e fortalecimento das redes existentes, estabelecimento de redes em temas prioritários, assim como o apoio ao desenvolvimento e consolidação de redes de educadores e organismos da sociedade civil trabalhando no campo da educação ambiental e da sustentabilidade, na escala tanto regional como sub-regional.
- b. Estabelecimento de um mecanismo dirigido à divulgação de experiências regionais em educação ambiental e desenvolvimento sustentável, assim como servir de plataforma tecnológica para o desenvolvimento de fóruns, intercâmbio de informação, conexão a outros sítios web de interesse, divulgação de documentos de interesse, entre outros aspectos.
- c. Estabelecimento de mecanismos que facilitem a incorporação das redes e outros mecanismos de participação aberta na tomada de decisões sobre a gestão da educação ambiental tanto em escala nacional como regional.
- d. Elaboração de um diretório regional de organizações, instituições e profissionais que desenvolvam trabalhos de educação ambiental e de desenvolvimento sustentável.

58. Objetivo Específico 3. *Fortalecer os aspectos conceituais e metodológicos da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável segundo uma ótica regional.*

- a. Formação de um grupo de trabalho encarregado de analisar, discutir e preparar propostas sobre as orientações da educação ambiental adequadas para o contexto ambiental e sócio-cultural da região. Estas deverão formar parte das contribuições da América Latina e Caribe para o decênio da educação para o desenvolvimento sustentável.
- b. Estabelecimento de mecanismos para incentivar e apoiar a realização de programas de investigação no campo da educação ambiental no marco do desenvolvimento sustentável.
- c. Estabelecimento de seminário permanente de discussão epistemológica, axiológica e de construção de conceitos em educação ambiental e sustentabilidade.

- d. Apoio, fortalecimento, consolidação ou criação de revistas especializadas regionais, assim como bibliografia de apoio sobre temas de educação ambiental e do desenvolvimento sustentável.

59. Objetivo Específico 4. *Fortalecer a capacitação e atualização contínua dos educadores e outros atores envolvidos nos processos educativo-ambientais na região.*

- a. Fortalecimento e consolidação de mecanismos de interconexão e comunicação entre instituições educativas e outros organismos que desenvolvam programas de capacitação em educação ambiental e desenvolvimento sustentável.
- b. Fortalecimento e ampliação dos mecanismos existentes para facilitar o intercâmbio de profissionais e pesquisadores na área da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável entre os países da região.
- c. Identificação de organismos e instituições que podem servir como pontos focais em escala regional ou sub-regional para o desenvolvimento de programas piloto em atualização, capacitação e certificação de pessoal em educação ambiental.
- d. Estabelecimento e fortalecimento de mecanismos para a produção, edição e divulgação de documentos, materiais e outros recursos bibliográficos e não bibliográficos, tanto impressos como os existentes em formatos eletrônicos.

60. Objetivo Específico 5. *Instituir um fundo para o financiamento de projetos regionais prioritários³⁸.*

- a. Estabelecimento de alianças com organismos internacionais de cooperação e outros possíveis cooperantes para a conformação de um Fundo Latino-americano e Caribenho para o apoio a projetos e programas de educação ambiental de interesse regional.

³⁸ Os participantes do Simpósio solicitam que se definam apropriadamente os mecanismos de captação de recursos para este Simpósio.

5. REFERÊNCIAS CITADAS

- Álvarez, A. (org.) 2003. *Memorias del III Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental*. MARN / Fundación Polar. Caracas.
- Álvarez, A. 2001. De la herencia cotidiana al Tesoro Perdido: nuevos desafíos en la Educación Ambiental para la Conservación de la Biodiversidad. *Interciencia*. 26(10):429-433.
- Bowdler, L. e Tilbury, D. 2001. *Identifying priorities in Education for Sustainable Development: a product needs assesment*. IUCN-CEC.
- Breitting, S. 1997. *Hacia un nuevo concepto de Educación Ambiental*. Monitor Educador. n° 63/64:8-15.
- Calvo, S. 1997. *Redefinir la Educación Ambiental: de las recomendaciones de Tbilisi a la Agenda 21*. Exposição apresentada no II Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental. Guadalajara.
- Caride, J.A. 2000. *Educación Ambiental y Desarrollo Humano: nuevas perspectivas conceptuales y estratégicas*. Conferência apresentada no II Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental. Caracas.
- CEPAL/PNUMA. 2001. *La Sostenibilidad del Desarrollo en América Latina y el Caribe: desafíos y oportunidades*. Documento presentado na Conferência Regional da América Latina e Caribe preparatória da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. 23 e 24 de outubro.
- Conferência Internacional Medio Ambiente e Sociedad: educación e sensibilización para la sostenibilidad. 1997. *Declaração de Tessalonique*.
- Escobar, A. 1995. *El Desarrollo Sostenible: diálogo de discursos*. Ecología Política 9:7-26.
- Febres-Cordero, M.E. e Florián, D. 2002. *Políticas de Educación Ambiental y Formación de Capacidades para el Desarrollo Sustentable: de Rio a Johannesburgo. La Transición hacia el Desarrollo Sustentable*. Seminário organizado pelo PNUMA / INE-SEMARNAT / Universidad Autónoma Metropolitana.
- Fien, J. e D. Tilbury, 2002. *The Global Challenge of Sustainability*. In: Education and Sustainability Responding to the Global Challenge. IUCN. Cambridge.
- Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais. 1992. *Construindo o Futuro. Tratados Alternativos de Rio 92*. Pacto Acción Ecológica de América Latina.
- González, E. 1999. Otra lectura de la historia de la educación ambiental en América Latina y del Caribe. *Tópicos en Educación Ambiental*. 1(1):9-26.
- González, E. 1998a. *¿Quién es Quién? En Educación Ambiental en Iberoamérica*. Universidad de Guadalajara, SEMARNAP-CECADESU, UNICEF. México.
- González, E. 1998b. *The Latin-American perspective on the debate on education for sustainability*. Environmental Communicator. NAAEE. 28(5).
- Gudynas, E. e Evia, G. *El Concepto de Ecología Social*. Red Latino Americana y Caribena de Ecología Social. En: <http://www.sicoar.com.uy/claes/red>.
- Hesselink, F., van Kempen, P.P., Wals, A. (eds.) 2000. *ESDebate. International Debate on Education for Sustainable Development*. IUCN. Gland y Cambridge.
- Hopkings, C. e Mckeown, R. 2002. *Education for Sustainable Development: an international perspective*. In: Education and Sustainability Responding to the Global Challenge. IUCN. Cambridge.

- III Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental. 2000. Propuesta: Proyecto Regional de Educación Ambiental. Febres-Cordero, M.E. (coord.) Documento de Trabalho para discussão.
- Iglesias, L. 1999. *La Educación Ambiental nos Concellos. a experiencia de Oleiros. Concello de Oleiros. 127 pp.*
- Leff, E. 2000. *La Capitalización de la Naturaleza y las Estrategias Fatales de la Sustentabilidad.* En: Desarrollo Sustentable: un concepto en discusión. Educación Participación y Ambiente. 11: 2-6.
- Leff, E. 1997. *Conocimiento y Educación Ambiental.* Formación Ambiental 7(17) 9pp.
- LSF/UICN-CEC. 1997. *Marco de la Educación para el Desarrollo Sostenible en las Américas.* Documento de Trabalho apresentado no II Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental. UICN-CEC.
- Mayor, F. 1999. *The Role of Culture in Sustainable Development.* In: Sustainable Development: Education, the force of change. UNESCO, Caracas.
- Naciones Unidas. 2002. *Informe de la Cumbre Mundial sobre Desarrollo Sostenible. Johannesburgo (África do Sul), 26 de agosto a 4 de setembro de 2002. A/CONF.199/20.*
- OEA. 1999. *Cumbre de las Américas: Declaración de Santa Cruz de la Sierra.* <http://environment.harvard.edu/cumbre/esp/>
- Pardo, A. 1993. *Situación de la Educación Ambiental en Iberoamérica.* En: Aprender para el Futuro: Educación Ambiental. Fundación Santillana. Madrid.
- Puyol, A. 1997. *Reflexiones en Torno al Desarrollo de Estrategias Nacionales de Educación y Comunicación Ambiental en América Latina.* Ponencia apresentada no II Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental, Guadalajara, México.
- Ruiz, D. 2000. *Valoración de Estrategias Nacionales de Educación Ambiental. Diagnóstico y Aplicación al Caso de Venezuela.* Tese de Doutorado, Universidade Autónoma de Madrid, Espanha.
- Simposio Regional sobre Ética y Desarrollo Sustentable. 2002. Manifiesto por la Vida. Por una Ética para la Sustentabilidad. *Formación Ambiental* 14(30) 7pp.
- Tréllez, E, e Wilches-Chaux, G. 1999. *Educación para un Futuro Sostenible en América Latina y el Caribe.* Interamer 67 Série Educativa. Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos. Washington. 122 pp.
- Tréllez, E. 2000. La educación ambiental y las utopías del siglo XXI. *Tópicos en Educación Ambiental.* 2(4):7-20.
- UICN / UNESCO. 1996. *Reunión sobre Gestión de Programas Nacionales de Educación y Comunicación para el Ambiente y el Desarrollo en América Latina.* Quito, Ecuador, 17 a 20 de outubro de 1995. Autor.
- UICN-CEC. 1997. *Informe sobre la Mesa de Trabajo # 7 del Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental. Posición Regional sobre las Propuestas de Tbilisi frente a la Agenda XXI.* Autor.
- UNESCO. 1997. *Educación para un Futuro Sostenible, Una Visión Transdisciplinaria para una Acción Concertada,* Autor.

APÊNDICE 1.

PESSOAS QUE PARTICIPARAM DO DESENVOLVIMENTO DO DOCUMENTO

COORDENAÇÃO E REDAÇÃO DE DOCUMENTOS:

- Alejandro Álvarez Iragorry. EcoJuegos – MARN. Venezuela.

COMITÊ PARA REVISÃO DO DOCUMENTO ORIGINAL:

- Azucena Martínez. Diretora Geral de Educação Ambiental e Participação Comunitária. Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. Venezuela.
- Jacqueline Mendoza. Diretora Geral de Gestão e Cooperação Internacional. Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. Venezuela.
- María Tuñón. Diretora de Participação Comunitária. Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. Venezuela.
- Noris Bañez. Diretora de Educação Ambiental. Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. Venezuela.
- Emiliano Moreno. Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. Região Táchira. Venezuela.
- Raúl Peláez. Direção de Educação Ambiental. Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. Venezuela.

COMISSÃO DE APOIO

- Humberto González. Universidade Pedagógica Libertador. Venezuela.
- Nora Aponte Cruz. Direção de Cooperação Internacional. Ministério de Relações Exteriores. Venezuela.
- Diana Ruiz. Fundação para a Defesa da Natureza (FUDENA). Venezuela.
- Germán Flores. Ministério de Educação Cultura e Esportes. Venezuela.

PARTICIPANTES DO II SIMPOSIO DE PAÍSES IBEROAMERICANOS SOBRE POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Gabriela Ramírez García. REARCEM. A.C.
- Bibiana Vila. CONICET – MACS.
- Philippe Pomier Layrargues. Unigranrio. Brasil.
- Lúcia Helena de Oliveira. Brasil.
- María Luisa Eschenhagen. Colômbia.
- Frank Ortiz Rodríguez. UNESCO.
- Livia Fernández Pérez. FORMATUR / Ministério de Turismo. Cuba.
- Germán Vargas Callejas. Universidade de Santiago de Compostela. Espanha.
- Javier Benayas. Universidade Autónoma de Madrid. Espanha.
- Ana Rosa Castellano. Universidade de Guadalajara. México.
- Javier Riojas. Governo da Cidade do México. México.
- Víctor Bedoy Velásquez. Universidade de Guadalajara. México.
- Ligia Hernández. CECADESU / SEMARNAT.
- Susana Sánchez González. Universidade da Cidade do México. México.
- Perla Olueca. Universidade da Cidade do México. México.
- María Teresa Bravo. Universidade Autónoma do México. México.
- Juana Loayza. Instituto de Investigações Pedagógicas. Perú.

- Luisa María Ucha Silva. Ministério de Educação. Departamento de Educação Básica. Portugal.
- Joaquín Ramos Pinto. Associação Portuguesa de Educação Ambiental. Portugal.
- Miguel Cohn. Secretaria de Estado de Educação. República Dominicana.
- Diana Nedkova. Secretaria de Estado de Educação e Cultura. GTZ-SEE.
- Gertrudis Perera. Ministério de Educação. República Dominicana.
- Martha Roque. Centro de Informação, Gestão e Educação Ambiental. Ministério de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Cuba.
- Azucena Martínez. Diretora Geral de Educação Ambiental e Participação Comunitária. Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. Venezuela.
- Emiliano Moreno. Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. Região Táchira. Venezuela.
- Raúl Peláez. Direção de Educação Ambiental. Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. Venezuela.
- Carmen Luisa Heredia. Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. Região Nueva Esparta. Venezuela.
- Enrique Leff. PNUMA /ORPALC

COMISSÃO DE REDAÇÃO DE PROPOSTAS NO IV CONGRESSO IBEROAMERICANO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. LA HABANA, CUBA

- Ligia Hernández Chárraga. Diretora de Educação Ambiental. CECADESU. México.
- Miguel Cohn. Secretaria de Estado de Educação. República Dominicana.

PARTICIPANTES NO PROCESSO REGIONAL DE REVISÃO (ATÉ 08/08/03)

- David Solano. CONAM. Perú
- Edgar González-Gaudiano. Secretaria de Educação Pública. México.
- Anita Méndez de Reyna. Fundação Tierra Viva. Venezuela.
- Elisa Marengo Castellón. MARENA. Nicaragua.